

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 17

OPINION JUS
ANFIP

Audidores contestam inclusão de representantes de instituições privadas na gestão do Simples Nacional

.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento terá bloqueio de até R\$ 2 bilhões.....4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alerta para golpe da regularização do CPF.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo, renda e juros no debate eleitoral - PEDRO CAFARDO.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Novo programa só tem impacto a curto prazo (Editorial).....9

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro tenta turbinar economia e intenção de votos, mas efeito é incerto.....10

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o calendário de pagamento da revisão do artigo 29 (Previdência).....12

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo precisa bloquear R\$ 1,7 bi para não furar teto.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita per capita cresce mais nas cidades menores.....15

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Piauí à frente do ajuste - RAUL VELLOSO.....16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Comércio exterior na mira da guerra (Artigo).....18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto de importação de etanol e seis produtos da cesta básica vai a zero.....21

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O custo do atraso das vacinas (Editorial).....23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto abre brecha para intervir na Petrobras, dizem empresas do setor.....25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo zera imposto de importação de alimento e etanol.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Inflação derruba confiança do comércio.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA A crise da gasolina longe dos gabinetes.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Petrobras tem desvalorização, na contramão das petroleiras globais.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Monitor do PIB indica recuo de 1,4% sobre dezembro.....	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA Projeção de inflação no ano sobe a 6,59%.....	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA Dólar fica abaixo de R\$ 5.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA Bolsonaro indica que Braga Netto será o vice em sua chapa.....	38
O GLOBO - RJ - POLÍTICA POLÍTICA Dobrando a aposta.....	39

Audidores contestam inclusão de representantes de instituições privadas na gestão do Simples Nacional

OpinionJus

EC/CR//CF

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a inclusão de representantes de instituições privadas no Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). A questão é objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7091, distribuída ao ministro Alexandre de Moraes.

Fonte: STF

Site: <https://opinionjus.com.br/2022/03/22/auditores-contestam-inclusao-de-representantes-de-instituicoes-privadas-na-gestao-do-simples-nacional/>

Segundo a **Anfip**, o artigo 1º da Lei Complementar 188/2021, ao alterar o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LC 123/2006), modificou a composição e o funcionamento do comitê gestor - vinculado ao Ministério da Economia - e ampliou o âmbito de aplicação de seu regime tributário. O CGSN passou a ser composto por um representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e um das confederações nacionais do segmento de micro e pequenas empresas, além dos membros originais (quatro representantes da União, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios).

Ainda conforme o dispositivo questionado, o comitê será responsável pela tributação, pela fiscalização, pela arrecadação, pela cobrança, pela dívida ativa e por outros pontos relacionados ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de **Tributos** e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Competência tributária

Para a associação, essas atribuições, bem como a inclusão de membros do Sebrae e da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais (Conampe) na composição do comitê, entram na seara tributária que compete exclusivamente aos auditores fiscais.

A **Anfip** pede, liminarmente, que seja suspensa a norma questionada, a fim de que o comitê gestor opere em sua composição originalmente prevista na lei, antes das modificações da LC 188/2021, e, no mérito, a sua inconstitucionalidade.

Orçamento terá bloqueio de até R\$ 2 bilhões

ADRIANA FERNANDES DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O primeiro bloqueio do Orçamento deste ano ficará entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões. O valor é menor do que os R\$ 3 bilhões que estavam sendo avaliados pela governo por conta das pressões políticas.

Esse valor não será suficiente para recompor todas as despesas em áreas muito afetadas pelo corte feito pelo Congresso na votação do Orçamento para acomodar demandas políticas dos parlamentares em ano de eleições. Essa era uma preocupação da equipe econômica, conforme mostrou o Estadão/ Broadcast. A expectativa é de que a recomposição seja feita ao longo do ano. No início das conversas, o valor em discussão era de um bloqueio de R\$ 5 bilhões.

O anúncio do bloqueio será feito hoje durante a apresentação do relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento.

Com a arrecadação acima do esperado nos primeiros meses do ano, o problema é do lado do teto de gasto, a regra que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Para recompor recursos do Orçamento de um ministério, o governo precisa cortar de outras áreas. Essa situação contrasta com a discussão no governo e no Congresso para adoção de um subsídio aos combustíveis.

Neste caso, a medida exigiria a edição de um crédito extraordinário, cujos recursos ficam fora do limite do teto.

ELEIÇÕES. A pressão é grande entre os aliados para que não haja bloqueios porque o ano é de eleições, e depois do segundo semestre pouco se pode fazer devido às restrições da lei eleitoral para novos gastos. É mais uma dificuldade porque o Congresso não quer o bloqueio de despesas que foram negociadas na votação do Orçamento.

Na reunião da Junta de Execução do Orçamento (JEO) da semana passada, o cenário ainda estava muito confuso. A JEO é um colegiado formado pelos ministérios da Casa Civil e da Economia, que define as diretrizes do Orçamento, entre elas contingenciamento e remanejamentos.

Pela legislação em vigor, o governo é obrigado a enviar até hoje o primeiro relatório de avaliação de

receitas e despesas do Orçamento deste ano.

Na sanção do Orçamento, o presidente Jair Bolsonaro vetou R\$ 3,2 bilhões do Orçamento de 2022. O valor ficou bem abaixo do valor sugerido pelo Ministério da Economia na época, que apontou necessidade de recompor R\$ 9 bilhões em despesas obrigatórias neste ano.

Fontes do governo informaram que o valor caiu com o veto feito pelo presidente na sanção do Orçamento e com um PLN - projeto que trata de assuntos orçamentários e de iniciativa exclusiva do Executivo, que já faz um remanejamento.

A proposta estava na pauta de votação da semana passada, mas foi transferida para esta semana.

Entre as áreas que precisam de dinheiro, está a **Receita Federal**. O órgão teve seu orçamento para custeio e investimentos cortado pelo Congresso pela metade, passando de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 1 bilhão.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, Isac Falcão, alertou o Ministério da Economia que atividades essenciais a partir de junho estarão comprometidas e podem paralisar sem a recomposição dos recursos.

O diretor executivo do Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Felipe Salto, disse, porém, que não vê necessidade de bloqueio pelas projeções atuais que servem de baliza para os relatórios do órgão que acompanha as contas do governo.

"É preciso entender uma coisa: de um lado, o Executivo quer garantir mais espaço para as despesas obrigatórias, como está no PLN, mas, de outro, não estamos vendo, numericamente, pelas nossas projeções, essa necessidade." Segundo ele, o problema agora será outro e muito mais grave: "Não há mais quase nada de espaço no teto e as medidas novas neste contexto internacional adverso estão saindo a toque de caixa." CONGRESSO. Para votar o PLN, o Congresso pressiona o governo pela liberação de verbas do chamado orçamento secreto autorizadas no ano passado que ainda não foram pagas. De acordo com parlamentares, esse foi o principal motivo de a votação ter sido adiada para esta semana na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

De R\$ 16,7 bilhões em emendas do Orçamento autorizadas no ano passado, quase R\$ 10 bilhões

ainda não foram pagos.

Deputados e senadores querem destinar as verbas para Estados e municípios antes do período eleitoral. A pressão vem tanto da base aliada quanto da oposição. De acordo com congressistas, cada um dos 40 membros da CMO abocanhou R\$ 3 milhões extras das chamadas emendas de relator.

"É a base do governo que está dizendo que não quer voltar.

É a base do próprio governo, não é ninguém contrário", afirmou a presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDBES), à reportagem. Apesar da pressão, ela afirmou que o projeto deve ser votado hoje. "Há coisas que, independentemente do estado de ânimo do parlamentar, têm de ser votadas."

Balanço

Pela legislação, o governo é obrigado a enviar até hoje o primeiro relatório de receitas e despesas

Na ponta do lápis

R\$ 3,2 bi foi o valor vetado no Orçamento pelo presidente Jair Bolsonaro

R\$ 9 bi foi o valor sugerido pelo Ministério da Economia para que fosse vetado

R\$ 16,7 bi é o total de emendas ao Orçamento que foram autorizadas no ano passado

R\$ 10 bi do total de emendas ainda não foram liberados, em um ano em que os parlamentares pressionam para obter recursos para suas bases eleitorais

R\$ 1,1 bi foi o corte no Orçamento da **Receita Federal**, que agora precisa ser recomposto para que atividades essenciais do órgão não parem a partir de junho

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alerta para golpe da regularização do CPF

Matheus Souza

A **Receita Federal** tem alertado para um novo golpe que tem visado pessoas que buscam regularizar o Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Criminosos têm utilizado a plataforma de anúncios do Google para lesar* intemautas. Ao pesquisar pelos termos "regularizar CPF" na plataforma de busca, os primeiros resultados levavam a páginas de falsas empresas. Elas diziam realizai* o serviço por meio do pagamento de uma taxa.

Após enviarem seus dados, as

vítimas eram orientadas a pagarem um boleto ou realizarem transferências aos fraudadores.

Além de não realizarem o serviço, eles ainda roubavam os dados pessoais das vítimas.

"Com essas informações, abrem contas em bancos e usam para receber valores. Com os dados, fazem financiamentos, e depois desaparecem", explica o delegado Douglas Vieira, titular da Delegacia de Defraudações (Defa).

Quando feito no site da **Receita Federal**, ou em uma de suas unidades, o serviço de regularização de CPF é gratuito.

"Se alguém pedir para pagar boleto, verifique a agência e conta. Provavelmente será de outro estado e a conta será de uma pessoa física. Assim você confirma que é um golpe", orienta o delegado.

Caso precise de auxílio, também existe a possibilidade de pagar para um profissional da área contábil auxiliar no procedimento. Nesses casos, a orientação é para verificar a reputação do contador.

"No site do Conselho Regional de Contabilidade é possível consultai* se os profissionais são registrados ou não. Nós sempre recomendamos procurar um profissional registrado, isso garante uma segurança a mais", alega a contadora Mônica Porto.

Eduardo Pinheiro, especialista em tecnologia, disse que é difícil a plataforma prever que um anúncio tenha finalidade ilícita antes que ocorram denúncias.

"Os criminosos disfarçam bem seus verdadeiros propósitos. Porém, com denúncias de usuários a

plataforma verifica a violação dos seus termos de uso e exclui o anúncio. Assim, cabe ao usuário ter muita atenção ao clicar em links que redirecionam. Sempre busque diretamente os canais oficiais", alerta o especialista

O Google foi procurado pela reportagem, mas não se manifestou.

ENTENDA

Falsas empresas para enganar

O golpe

BUSCADORES VIRTUAIS estão sendo utilizados por criminosos que desejam se aproveitar de pessoas interessadas em regularizar o CPF.

COMO FUNCIONA: ao pesquisar os termos "regularizar CPF" no Google, os primeiros resultados da busca levavam a sites de falsas empresas que diziam prestar o serviço.

"ELES COLOCAM como se fosse uma página patrocinada, ela é a primeira que aparece", afirma a contadora membro do CRC-ES, Mônica Porto.

APÓS PREENCHER OS DADOS pessoais, a vítima era orientada a pagar um boleto ou realizar uma transferência, beneficiando os fraudadores.

OS CRIMINOSOS não realizavam o serviço e ainda ficavam de posse dos dados pessoais de suas vítimas.

"ESSAS INFORMAÇÕES pessoais são utilizadas na realização de outros golpes", explica o delegado da Defa, Douglas Vieira.

Responsabilidade

O MARCO CIVIL DA INTERNET estabelece que a responsabilização do Google só poderia ocorrer se, após o recebimento de ordem judicial, a plataforma não tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

ANALISE

André Luiz Scampini, especialista em tecnologia e professor

"O Google precisa melhorar segurança"

"Os interessados em qualquer serviço devem procurar diretamente o órgão que faz essa prestação.

No caso da regularização do CPF, o caminho é procurar diretamente o site da **Receita Federal**, e jamais utilizar buscadores como intermediários.

O Google precisa melhorar seus mecanismos de segurança, pois eles não são infalíveis. Quanto a nós, temos deter nossa própria precaução."

Salário mínimo, renda e juros no debate eleitoral - PEDRO CAFARDO

PEDRO CAFARDO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Novo programa só tem impacto a curto prazo (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Bolsonaro tenta turbinar economia e intenção de votos, mas efeito é incerto

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

O governo Bolsonaro lançou, na quinta-feira (17), um pacote reunindo iniciativas novas e antigas, com o qual, segundo suas próprias estimativas, serão injetados até R\$ 165 bilhões na economia em 2022 - quase 2% do **PIB**. O pacote poderia alcançar, com uma ou mais dessas iniciativas, também de acordo com cálculos oficiais, cerca de 120 milhões de pessoas - mais da metade da população brasileira.

No início da noite desta segunda-feira (21), também foram anunciadas novas desonerações de **tributos**, agora de importações. Aproveitando um espaço temporário aberto pelo aumento da arrecadação de **impostos**, muito em função do próprio aumento da **inflação**, o alvo agora é tentar de mitigar as pressões inflacionárias - pressões potencializadas, no momento, pela elevação dos preços de commodities agrícolas e energéticas, em razão da guerra na Ucrânia.

Será zerado até o fim do ano o imposto de importação incidente sobre o etanol misturado à gasolina, produtos da cesta básica ? café, macarrão, óleo de soja, margarina e açúcar. Máquinas e produtos de informática, para os quais já havia sido feito um corte de 10% no imposto de importação em 2021, terão agora nova redução de 10%. O ministério da Economia estima que as novas renúncias fiscais, somarão R\$ 1 bilhão, e promete ampliar a lista

Denominado ?Programa Renda e Oportunidade?, o pacote de injeção de recursos libera saques do FGTS, antecipa o 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS**, amplia o limite de renda e o grupo de possíveis beneficiários para obtenção de empréstimos consignados e abre linhas de microcrédito. O objetivo do programa é promover uma dupla animação: de um lado, animar a atividade econômica; de outro, animar os percentuais de Bolsonaro nas pesquisas eleitorais.

Somado aos R\$ 90 bilhões previstos para serem transferidos pelo Auxílio Brasil neste ano, e aos R\$ 60 bilhões em programas diversos de injeção de recursos já definidos para 2022, como cortes de **tributos** - IPI em geral, e PIS/Cofins na gasolina e gás de botijão ?, e perdão de dívidas de estudantes com o Fies, o total de dinheiro que pode chegar à população beneficiada antes das eleições presidenciais de outubro supera R\$

300 bilhões. Esse montante equivale a 3,5% do **PIB** e se equipara ao que foi transferido pelo auxílio emergencial , em 2020.

É evidente a intenção do governo em replicar o ocorrido no primeiro ano da pandemia. Em 2020, o governo destinou cerca de R\$ 500 bilhões ao enfrentamento da pandemia ? nos campos sanitário, econômico e social. Isso representou na época cerca 6,5% do **PIB**, sendo que só o auxílio emergencial - de R\$ 600 mensais em cinco mês e de R\$ 300 nos quatro restantes - somou R\$ 300 bilhões, equivalentes a 4% do **PIB**.

Os recursos, fixados pelo Congresso, depois da hesitação de Bolsonaro que, seguindo orientação do ministro Paulo Guedes , seu então Posto Ipiranga , insistia num auxílio de R\$ 250 mensais, para um contingente mais restrito de beneficiários, realmente movimentaram a economia. Em abril de 2020, quando o fundo do povo da atividade deu as caras e o auxílio emergencial começou a ser pago, as projeções dos economistas eram de que a economia mergulharia entre 9% e 10% no ano.

Com a massa de transferências que irrigou a economia, foi possível reverter, cerca de seis pontos percentuais nessas projeções, numa conta simplificada. O efetivo recuo da atividade econômica em 2020 limitou-se a 3,9%.

Replicar os resultados de 2020 em 2022, porém, não pode ser tomado como algo automático. São muitas as diferenças entre um momento e outro. A principal é que, há dois anos, o volume de recursos transferidos chegaram realmente aos beneficiários e deles à economia, enquanto hoje, a massa de recursos prevista refere-se não se refere a transferências firmes, mas a possibilidades de movimentação de dinheiro, via linhas de crédito.

É de esperar, por exemplo, que poucos dos estimados 40 milhões de elegíveis a sacar até R\$ 1 mil do FGTS deixem de fazê-lo. Não há atrativos em manter o dinheiro parado no fundo e, então, pode ser que R\$ 30 bilhões entrem em circulação.

O mesmo, no entanto, não se pode dizer dos R\$ 80 bilhões que poderiam ser tomados em financiamentos bancários por 50 milhões de beneficiários do Auxílio

Brasil e do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que passaram a ter direito a solicitar linhas de empréstimos consignados nos bancos. Nem todos os potenciais beneficiários vão se interessar pelos empréstimos ou até mesmo saber da existência deles.

Isso sem falar que os R\$ 60 bilhões do 13º salário para 30 milhões de aposentados do **INSS** são antecipação de um pagamento certo, que apenas virá antes e não depois da eleição, e poderá deixar um buraco no orçamento dos beneficiados que não forem precavidos. Idem para as 4,5 milhões de pessoas que poderiam - ou não - se valer das linhas de microcrédito para abrir ou reforçar pequenos negócios.

Parte dessas bondades de Bolsonaro são empréstimos bancários, que terão de ser pagos, com juros, ainda que mais baixos do que os de mercado. Ou seja, o dinheiro que pode entrar hoje na economia é no fundo dívida que, ao ser quitada terá de sair da economia amanhã.

De todo modo, os analistas estão considerando a abertura dos cofres públicos em ano eleitoral para revisar projeções do comportamento da economia em 2022. Não apenas os pacotes de Bolsonaro, com recursos federais, estão sendo levados em conta nas novas projeções, mas também o dinheiro liberado por governadores e prefeitos, que prometem conceder reajustes para **servidores públicos** estaduais e municipais são levadas em conta nas novas projeções.

As revisões, contudo, não estão indicando reversões expressivas no ritmo da atividade. O departamento de pesquisa macroeconômica do Banco Itaú, o maior banco privado brasileiro, saiu de uma projeção de retração de 0,5% para expansão de 0,2%, em 2022, ao mesmo tempo em que a MCM, influente consultoria econômica e financeira, vê algum crescimento no primeiro trimestre, mas com perda de tração ao longo do ano, que terminaria com avanço de insignificante 0,1%.

Há outras pedras no caminho da turbinada que o governo Bolsonaro montou para inflar a economia e seus pontos nas pesquisas de intenção de voto. A **inflação**, muito menos presente em 2020, é agora protagonista da perda do poder de compra e de aumento do endividamento da população.

No fim de 2021, quase 80% dos brasileiros mantinham alguma dívida, um recorde na série da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) iniciada em 2010, dos quais um em cada quatro estava com o pagamento da dívida em atraso. A combinação de **inflação** alta, dívidas elevadas e estímulo à poupança - este pela alta das taxas de juros -, tende a reduzir o efeito da injeção de

dinheiro, promovida pelo governo, na atividade econômica.

A marcha da **inflação** ao longo de 2022 indica, no momento, uma trajetória que tende a pressionar o Banco Central a alongar e estender o ciclo de elevação da taxa básica de juros (taxa Selic), outro fator que pesa na avaliação de que a economia se manterá estagnada. Na pesquisa Focus mais recente, divulgada nesta segunda-feira, a projeção para a Selic em 2022, pela segunda semana, já atinge 13%.

De acordo com as previsões mais sólidas, a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), no acumulado em 12 meses, continuará acima de dois dígitos até pelo menos o fim do primeiro semestre. Em setembro, às vésperas da eleição presidencial, a projeção é de uma **inflação** ainda nas alturas de 8%. Só depois, em novembro e dezembro, o índice recuará para fechar 2022 entre 6% e 7%.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/jose-paulo-kupfer/2022/03/22/bolsonaro-tenta-turbinar-economia-e-intencao-de-votos-mas-efeito-e-incerto.htm>

Veja o calendário de pagamento da revisão do artigo 29 (Previdência)

Cristiane Gercina

Os segurados com direito à revisão do artigo 29, também conhecida como revisão dos auxílios, receberão os valores do último lote de pagamento partir do dia 2 de maio, segundo informou o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Após dez anos de espera, 10.491 beneficiários receberão os atrasados que reparam o erro cometido pelo **INSS** entre os anos de 2002 e 2009 ao pagar benefícios por incapacidade, como auxílio-doença e auxílio-acidente. Herdeiros desses segurados também têm direito.

Os valores serão liberados para os segurados que, em 2012:

Entre 17 de abril de 2002 e 29 de outubro de 2009, o **INSS** errou ao pagar benefícios por incapacidade, incluindo a aposentadoria por invalidez. Em 2012, após ação na Justiça, o órgão aceitou fechar um acordo e pagar os valores devidos.

Na época, o instituto deixou de descartar os 20% menores salários ao fazer o cálculo da média salarial, resultando em uma renda previdenciária menor. O correto era considerar os 80% maiores pagamentos, mas o **INSS** fez o cálculo incluindo todos os salários, o que diminuiu o benefício.

Segundo o instituto, o pagamento será feito conforme o calendário da competência de abril, nas datas em que o depósito ocorre para quem recebe acima do salário mínimo, hoje em R\$ 1.212.

Para saber se vai ter o dinheiro neste lote, o segurado pode fazer a consulta na internet ou por telefone. A checagem é realizada no aplicativo ou site Meu **INSS** ou pelo número 135, de segunda a sábado, das 7h às 22h. Como o processamento dos pagamentos deve ser concluído até o final de abril, o **INSS** recomenda que as consultas sejam realizadas a partir deste período.

Ao acessar a página inicial do Meu **INSS**, seja no site ou aplicativo, informe o CPF e a senha do portal Gov.br. Na página seguinte, vá na barra superior azul, onde está escrito "Do que você precisa?", e digite a palavra revisão. Aparecerá a opção "Revisão de

Benefício - artigo 29".

É preciso clicar sobre o texto e, na página seguinte, acessar "Consultar Revisão de Benefício - Art. 29º". Se tiver dinheiro a receber, essa informação aparecerá. Caso não tenha valores, a mensagem será de que a "Consulta a Revisão artigo 29 não retornou dados para o cidadão".

A revisão começou a ser paga em 2013 e foi automática, abrangendo os segurados com direito à correção sem que eles precisassem fazer o pedido administrativo ao **INSS**. No entanto, houve erros e quem julgava ter direito, mas não entrou no calendário de pagamentos, precisou ir à Justiça.

Segundo advogados previdenciários, houve ainda casos de segurados que estavam na lista, receberam a carta informando que teriam o dinheiro, mas não foram pagos. Nesses casos, também é preciso procurar o Judiciário, assim como quem recebeu e discorda do valor pago.

Na época do acordo, o **INSS** deixou de fora um grupo de segurados, dentre eles estão os seguintes benefícios:

A ação civil pública que deu direito à revisão foi proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical). A advogada Tonia Galleti, coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi, foi uma das responsáveis pela ação na época.

Segundo ela, no período, vários advogados entravam com ações individuais e obtinham vitória, mas o movimento conjunto entre sindicato e promotoria foi o que impulsionou o reconhecimento do direito a todos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/veja-o-calendario-de-pagamento-da-revisao-do-artigo-29.shtml>

Governo precisa bloquear R\$ 1,7 bi para não furar teto

Idiana Tomazelli

O governo Jair Bolsonaro (PL) precisará realizar um bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas do Orçamento de 2022 para não furar o teto de gastos, segundo pessoas envolvidas nas negociações ouvidas pela Folha .

Há necessidade de cobrir o aumento de gastos com subsídios do Plano Safra e com outras despesas que acabaram subindo mais que o esperado, como com pessoal. A revisão bimestral do Orçamento será anunciada pelo governo nesta terça-feira (22).

Para fazer a recomposição das despesas, será necessário cortar recursos de outras áreas, dada a limitação do teto, que impede o crescimento das despesas em ritmo acima da inflação.

Inicialmente, a necessidade de bloqueio era maior, de R\$ 2,9 bilhões. No início da noite desta segunda (21), integrantes do governo retomaram as negociações para reduzir o tamanho do buraco e evitar a imposição de restrições severas aos órgãos em ano eleitoral.

Com isso, uma recomposição de R\$ 1,2 bilhão em despesas obrigatórias foi adiada para um segundo momento. Trata-se de recursos referentes a contratações do banco de professores do Ministério da Educação e aos subsídios para a contratação de operações do Plano Safra 2022/2023 -que será iniciado apenas no segundo semestre.

A avaliação dos técnicos é que essas despesas poderão ser tratadas no próximo relatório de avaliação do Orçamento, a ser divulgado em maio.

Representantes da Economia chegaram a sugerir o uso da reserva de R\$ 1,7 bilhão destinada à concessão de reajustes . Bolsonaro pretende ampliar salários de categorias policiais, que compõem sua base eleitoral, mas esbarra nas demais categorias, que cobram o mesmo tratamento e pressionam por aumentos.

O uso da reserva permitiria a recomposição integral das necessidades ao mesmo tempo em que diminuiria o corte feito nas despesas de funcionamento dos órgãos do governo. Mas Bolsonaro vetou essa possibilidade e determinou a manutenção da verba

para reajustes, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha .

A necessidade de cortes de despesas ocorre no momento em que ministros da ala política do governo Bolsonaro pressionam pela concessão de subsídios adicionais para baixar o preço dos combustíveis, cujos aumentos têm impulsionado a inflação em ano eleitoral .

No entanto, diferentemente das despesas habituais do governo, eventual subsídio poderia ser bancado por crédito extraordinário, fora do limite do teto.

Apesar da pressão no lado dos gastos, as receitas do governo seguem em alta e devem contribuir para amenizar o déficit previsto para o ano.

Segundo fontes do governo consultadas pela reportagem, a projeção do rombo para 2022 deve ficar em R\$ 68,1 bilhões -abaixo da previsão de déficit de R\$ 79,35 bilhões fixada na aprovação do Orçamento, no fim de 2021.

A nova estimativa já inclui as recentes desonerações de tributos feitas pelo governo.

Em fevereiro, Bolsonaro assinou um decreto que promoveu um corte linear de 25% nas alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) , medida que tem um impacto de cerca de R\$ 10 bilhões na arrecadação federal. Outros R\$ 10 bilhões serão subtraídos dos cofres estaduais.

Em março, o Congresso aprovou e o presidente sancionou mudanças na cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis. O texto também zerou as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação . O impacto é próximo de R\$ 20 bilhões para a União.

A projeção atualizada do rombo não inclui, porém, um gasto contábil de aproximadamente R\$ 24 bilhões que precisará ser considerado no resultado primário devido ao acordo entre União e a Prefeitura de São Paulo para encerrar a disputa judicial em torno do Campo de Marte .

Como o acordo significa uma espécie de pagamento

de indenização do governo federal à Prefeitura, esse valor precisará ser contabilizado no resultado das contas públicas, embora não gere nenhum desembolso efetivo -em troca do fim da disputa, o governo vai extinguir a dívida do município de São Paulo com a União.

A inclusão deste impacto deve ser feita nas próximas avaliações do Orçamento, pois o acordo, embora já assinado, ainda precisa ser homologado pela Justiça.

O foco na divulgação desta terça (22) deve ser a necessidade de bloqueio de despesas.

Como mostrou a Folha , o governo tem precisado remanejar recursos para bancar o gasto adicional com subsídios a produtores do agronegócio no âmbito do Plano Safra e com outras subvenções custeadas pelo Tesouro Nacional.

A fatura extra decorre do aumento significativo nas taxas de juros , que ampliou a despesa com a chamada equalização -o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

Segundo técnicos do governo, era estimado um remanejamento de mais de R\$ 1,7 bilhão apenas para cobrir gastos extras com as subvenções para a área agrícola, mas parte disso ficou para um segundo momento.

Com isso, o valor total do bloqueio é suficiente apenas para cobrir parte do aumento de gastos obrigatórios, ou seja, que o governo não pode deixar de executar.

Há ainda outras situações emergenciais que não foram endereçadas. A pasta do ministro Paulo Guedes (Economia) teve os recursos cortados em 50% pelos parlamentares durante a discussão do Orçamento no Congresso.

Da tesourada de R\$ 2,5 bilhões na Economia, menos de R\$ 500 milhões puderam ser remanejados por meio de portarias até agora.

Na ala política, porém, há forte resistência a bloqueios mais agressivos, dado o espaço exíguo para cortes. No início do ano, como revelou a Folha , a Economia chegou a pedir um bloqueio de R\$ 9 bilhões , mas o veto presidencial foi de apenas R\$ 3,2 bilhões.

A opção política de Bolsonaro à época foi preservar ao máximo os R\$ 16,5 bilhões em emendas de relator , instrumento usado por congressistas para direcionar verbas do Orçamento a seus redutos eleitorais.

Outros órgãos também enfrentam restrições. Com o veto de Bolsonaro, o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) perdeu R\$ 988 milhões em gastos de manutenção. O bloqueio foi feito para permitir a recomposição de gastos com pessoal subestimados.

Em janeiro, fontes ligadas ao órgão alertaram para o risco de paralisação no atendimento aos segurados .

Há o risco de o veto ser derrubado pelos parlamentares em votação no Congresso Nacional, mas fontes do governo afirmam que há negociações em curso para impedir que isso aconteça. A derrubada do veto acabaria comprometendo as dotações para gastos com salários do funcionalismo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/governo-precisa-bloquear-r-17-bi-para-nao-furar-teto.shtml>

Receita per capita cresce mais nas cidades menores

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Piauí à frente do ajuste - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

O problema financeiro fundamental do setor público brasileiro nos últimos anos se refere à disparada dos gastos previdenciários dos regimes próprios de servidores, especialmente nos entes sub-nacionais. Como ninguém aceita perdas de participação das suas parcelas nos orçamentos públicos (sem falar que é cada vez mais difícil aumentar a arrecadação de **tributos** e/ou a dívida pública), isso tem levado a uma redução expressiva do espaço destinado a investimentos em infraestrutura, por ser esse o item onde a resistência política a cortes compensatórios de gastos é menos intensa. Só que, como é alta a correlação entre gastos de investimento em infraestrutura e crescimento do **PIB** e do emprego, ao fim e ao cabo são as oportunidades de emprego que não se materializam a quem paga a conta da disparada previdenciária.

A subida dos déficits e a redução do espaço para investir têm se manifestado de forma intensa na grande maioria dos entes, mas especialmente no caso do meu estado natal, o Piauí. Tanto que, nele, apurei a ocorrência de um aumento real à taxa média de 10,6% nos déficits previdenciários anuais entre 2006 e 2019, algo chocante, pois, enquanto isso, o **PIB** estadual crescia à média de 3,5% a.a., uma taxa substancial para os atuais padrões do país, mas representando apenas um terço da relativa ao déficit. Dessa forma, o valor investido desabaria de R\$ 1,804 bilhão para R\$ 720 milhões, a preços constantes, entre 2009 e 2019, uma queda de 60% entre as duas pontas.

Nada obstante, começando pela aplicação de reforma previdenciária similar à da União, a atual administração piauiense tem mostrado expressivos progressos na arrumação de sua casa financeira visando à abertura de um novo e importante espaço para aumentar seus investimentos, seguindo basicamente o elogiável modelo de ajuste que acaba de ser quase integralmente posto em prática pela Prefeitura de São Paulo, enquanto os demais estados têm deixado bastante a desejar na sua atuação nesse tema.

Em resumo, o Piauí, que já havia aumentado para 14% a contribuição dos servidores à previdência e instituído a chamada **previdência complementar** obrigatória para os novos servidores que auferissem remuneração acima do teto do **INSS**, onde o financiamento das aposentadorias e pensões acima do teto fica garantido pelo regime de "contribuição

definida", está adicionando o seguinte:

(1) a implantação - já concluída - do mesmo modelo de reforma do sistema de benefícios aprovado pela União para os servidores federais pela EC 103/19, algo que em muitos casos está exigindo um penoso processo de desgaste político, mas no Piauí ele se concluiu sem maiores traumas; e (2) entre outras medidas, a submissão à Assembleia Legislativa, em fase final, de um projeto de lei prevendo:

(2.1) a chamada segregação das massas previdenciárias, em dois planos, criando-se, de um lado, um "fundo previdenciário", que já nasce basicamente equilibrado, composto dos servidores que ingressem a partir de uma data recente (incluindo os regidos pela "**previdência complementar**", acima indicados), e, do outro, um "plano financeiro", em extinção", composto dos demais; e

(2.2) a vinculação à previdência dos repasses do Imposto de Renda na fonte retido dos servidores e das receitas relacionadas com a gestão e venda de imóveis, devendo aprovar, simultaneamente, a securitização ou antecipação das receitas futuras relacionadas com essas fontes, viabilizando sua monetização.

O novo esquema deverá conter uma "transferência dinâmica de vidas", em que, gradativamente e até se extinguir, servidores do plano financeiro são incorporados ao plano previdenciário, mediante o aporte dos ativos que tenham sido identificados pela administração e seu aporte ao fundo previdenciário aprovado pela assembleia. Dessa forma, acelera-se o processo de equacionamento definitivo do velho regime deficitário.

Outra possibilidade de fechamento do processo de equacionamento previdenciário seria a aprovação e implantação de uma alíquota patronal extraordinária calculada para fechar a conta (isto é, zerar os déficits financeiros e atuariais do regime previdenciário em causa), que, contudo, perde sentido se se chegar a um valor muito elevado que acabe inviabilizando sua aplicação.

Finalmente, tendo à mão um caminho de ajuste, como o que descrevi há pouco, que tem boas chances de ser trilhado satisfatoriamente na prática, concluo apresentando cálculos de estudos atuariais feitos recentemente que sinalizam que:

1) sem qualquer medida de ajuste, um novo aumento real do elevado déficit previdenciário do Piauí o elevaria, entre 2019 e 2030, de R\$ 1.585 para R\$ 2.196 milhões, implicando crescimento real médio de 3% a.a. entre esses dois anos, praticamente zerando os investimentos na ponta final da série;

2) com as medidas acima citadas, redução do déficit previdenciário para R\$ 241 milhões em 2022, ainda que com nova subida para R\$ 968 milhões em 2030, implicando, nas mesmas datas, recuperação dos investimentos para R\$ 2,064 bilhões em 2022, nova queda na sequência, mas encerramento em R\$ 1.337 milhões em 2030, algo nada desprezível.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/03/2022/p1>

Comércio exterior na mira da guerra (Artigo)

Paulo César Alves Rocha

A guerra travada na Ucrânia está mudando a forma como tratamos hoje a economia, o transporte entre países, a conexão de redes de dados, a interconexão dos mercados financeiros, como trabalhamos e produzimos. Uma "pré-estreia" no caso do transporte aéreo já havia acontecido na erupção do vulcão na Islândia.

A economia mundial está muito interconectada tanto no sistema financeiro quanto na indústria e no comércio. Transações financeiras são realizadas em tempo real no mundo todo, as informações de abertura dos mercados financeiros são passadas quase que instantaneamente, podem-se operar contas bancárias de qualquer parte do mundo.

As indústrias seguem dois conceitos bem fortes: o primeiro é que elas são um elo de uma imensa cadeia de suprimentos, o que quer dizer que geralmente ela depende de insumos e seu produto pode ser um insumo de outro; o segundo - a competitividade - consiste em adquirir sempre produtos de locais onde eles sejam mais baratos e tenham qualidade.

O comércio então se expande junto com a logística acompanhando as cadeias de suprimentos, passando a ser globalizado. Esses conceitos de competitividade e interconexão dos mercados estão sendo colocados à prova desde a erupção do vulcão na Islândia, depois na pandemia e agora como consequência da guerra na Ucrânia, pois a paralisação ou efeitos em um meio de transporte afetam o comércio internacional e paralisam indústria e negócios, esses últimos no Brasil representados pelo agronegócio.

No momento, estamos sentindo os efeitos da guerra e da pandemia; essa, quando se pensa que acabou, volta agora como na China, paralisando uma importante região industrial. Como no caso da guerra, esses problemas locais de pandemia afetam o comércio internacional e, por consequência, o setor industrial, também pela retenção de contêineres.

Para o comércio exterior trata-se de uma desarrumação total, porque contêineres e mercadorias ficarão em pontos produtores ou de destino, afetando a cadeia de suprimentos. As consequências serão que as redes de suprimento, baseadas nas competências de cada país de produzir melhor e por valores mais baixos, que fazem com que um determinado produto possa ter partes fabricadas em diversos países e

finalizadas em outro, deverão ser avaliadas, porque todos os países e empresas tenderão a revisar seus planos estratégicos.

Estoques de mercadorias e principalmente de mercadorias absolutamente necessárias para um vivenciamento mínimo, que nos antigos conceitos de cadeia de suprimentos eram minimizados ou centralizados em locais com facilidade de transporte até os seus locais de consumo, deverão ser reestudados.

Outra consequência da guerra, aliada às metas da COP-26, será a da aceleração da mudança das matrizes energéticas de energia à base de materiais fósseis para energia limpa. Para o Brasil, a guerra e a perduração da pandemia causam apreensão quanto a fertilizantes e preço maior de commodities como petróleo, milho e trigo, mas também causa apreensão porque toda a cadeia de suprimentos será afetada e teremos que verificar caso a caso.

Para o caso particular de fertilizantes, alguns de nós temos restrições por falta de jazidas que satisfaçam nossas necessidades, mas existem outros que aqui poderiam ser produzidos desde que pudéssemos evitar os gargalos logísticos e de natureza tributária. De qualquer forma, temos que diversificar os fornecedores no curto e médio prazos. Outros pontos em discussão no momento são a possibilidade de menor utilização de fertilizantes e o uso de fertilizantes orgânicos, que temos bastante.

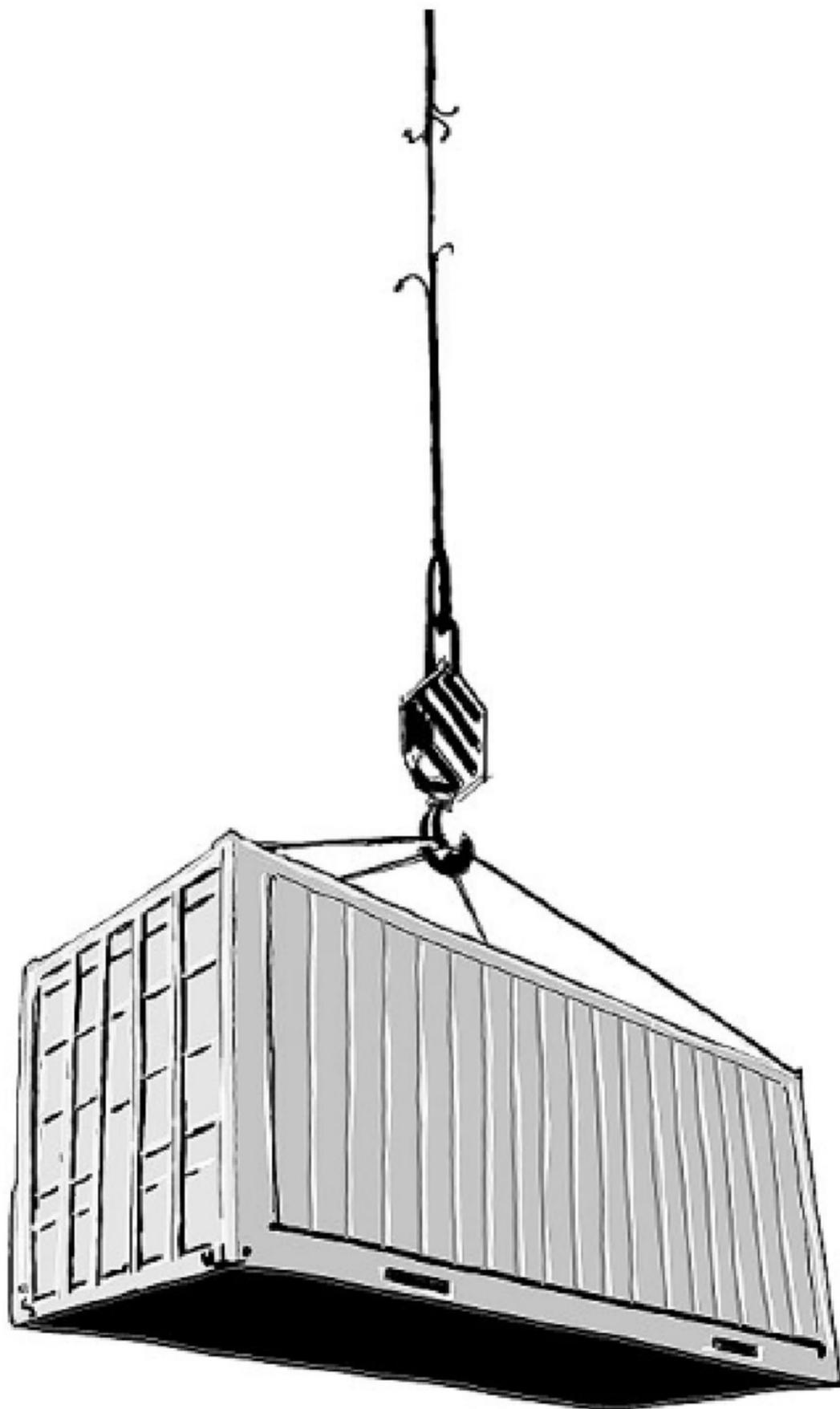
Embora seja cedo para traçar cenários, é certo que a logística de comércio entre países (comércio exterior) sofrerá alterações, quer pelas modificações nos conceitos de cadeias de suprimento, quer pelas mudanças de consumo de mercadorias como um todo (petróleo, gás, equipamentos, produtos químicos e farmacêuticos, alimentação em geral), seja pela forma com que são tratados, passando a haver necessidade de um planejamento de custos de transporte, armazenagem e forma de pagamento de **tributos**.

Assim, os profissionais que trabalham em logística, logística **aduaneira** e consultoria em regimes aduaneiros devem estar atentos a todas as modificações que virão.

Paulo César Alves Rocha, Especialista em infraestrutura, logística e mercado exterior (Onevox Brasil)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/03/2022/p1>



Imposto de importação de etanol e seis produtos da cesta básica vai a zero

Fábio Pupo

O governo anunciou nesta segunda-feira (21) que zerou o imposto de importação do etanol e de seis produtos da cesta básica para tentar conter a **inflação**. O impacto para os cofres públicos é calculado em R\$ 1 bilhão por ano.

A medida alcança café, margarina, queijo, macarrão, açúcar e óleo de soja e vale até o fim do ano. Segundo o Ministério da Economia, são itens que registram crescimento de preços acima da média nos últimos 12 meses e cuja redução beneficia principalmente a população de baixa renda.

A **inflação** é uma das principais preocupações do presidente Jair Bolsonaro (PL), que deve tentar a reeleição. A alta de preços é sentida sobretudo no bolso do eleitorado mais pobre.

Lucas Ferraz, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, afirma que a aceleração da **inflação** tem sido gerada pelos efeitos da pandemia e que o cenário pode se agravar com a guerra na Europa. "Desde o ano passado, a **inflação** se tomou um problema de natureza mundial. Isso foi resultado da recuperação econômica mundial pós-Covid e dos persistentes gargalos de oferta. Esse cenário, que já era preocupante, se torna ainda mais preocupante com o advento recente da guerra entre Ucrânia e Rússia", afirmou.

Segundo ele, os cortes de **impostos** vão gerar um choque de oferta para o mercado brasileiro e contribuir para desacelerar a **inflação**. "É uma medida voltada à proteção da cesta de consumo da população mais pobre. [Mas] não é uma bala de prata, evidentemente", afirmou.

As tarifas sendo reduzidas variam hoje de 9% a 28%, segundo o governo. A expectativa é que a medida diminua o impacto desses itens especialmente no INPC-índice de **inflação** voltado à baixa renda.

"Zerar [as tarifas] até dezembro contribuiria para um arrefecimento da dinâmica inflacionária, porque daria um choque de oferta por meio da importação, afetando a dinâmica de preços", disse Ferraz.

De acordo com o governo, as reduções sendo feitas

agora afetam uma lista de produtos cuja alteração é liberada pelo Mercosul pelo fato de eles serem considerados exceções.

Marcelo Guarany, secretário-executivo do Ministério da Economia, disse que a iniciativa segue diretrizes do ministro Paulo Guedes (Economia), que teria pedido uma gradação na adoção das medidas.

"Seguindo a gradualidade que o ministro vem pedindo, estamos preocupados com a **inflação** sobre os pobres e a população em geral. Sabemos o quanto isso pode corroer o poder de compra de todos", afirmou Guarany.

Além disso, o governo também reduziu em 10% o imposto de importação de bens de informática e de capital (máquinas e equipamentos).

O governo já havia feito uma redução anterior de 10% da tarifa desses produtos -de mo -do que a redução agora chega a um total de praticamente 20%. "Toda indústria precisa desses bens, e isso aumenta a produtividade de todo o mundo", afirmou Guarany.

Segundo ele, os cortes nesse caso decorrem do desejo de Guedes de fazer uma abertura comercial coordenada com aumento de produtividade brasileira. "Temos feito cortes permanentes de **impostos** para gerar incentivo a emprego e renda", afirmou o secretário-executivo.

Com isso, o impacto total de cortes tributários feitos por governo e Congresso neste ano sobe para R\$ 55,2 bilhões. Conforme mostrou a Folha, a equipe econômica defende as medidas, mas vê limites para os cortes.

A visão é que, embora o governo esteja com um aumento de arrecadação, as reduções não podem ser tamanhas que ameacem uma mudança do resultado fiscal previsto para o ano -especialmente considerando as eleições, já que a piora poderia enviar um sinal ruim para o mercado.

Ao mesmo tempo, Bolsonaro tem demandado iniciativas em busca de uma agenda popular às vésperas do calendário eleitoral e, entre as prioridades, estão justamente ações que possam representar uma resposta à escalada da **inflação**.

O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), por exemplo, pode ser cortado ainda mais para alguns produtos. O governo já reduziu o tributo em 25% há pouco mais de duas semanas, ao custo de cerca de R\$ 20 bilhões por ano (sendo metade para a União e metade para estados e municípios).

"Há uma possibilidade, segundo o Paulo Guedes disse, de reduzir [o IPI] mais ainda para automóveis, motocicletas e produtos da linha branca. É uma coisa fantástica porque nunca se ouviu falar disso no Brasil", disse Bolsonaro em cerimônia na terça-feira (15).

O presidente não mencionou que governos petistas já tomaram essa iniciativa e cortaram o IPI justamente sobre automóveis e linha branca na tentativa de movimentar a economia.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49857&anchor=6452468&pd=26e81a321487c39b1c5c6c151c21e3e4>

O custo do atraso das vacinas (Editorial)



Com crescimento de 4,9% nos 12 meses até janeiro, a economia brasileira continua em lenta recuperação, marcada por avanços, tropeços e menor dinamismo que na fase anterior à covid-19. Passada a pior fase da pandemia, a cura permanece incompleta.

A instabilidade ficou clara, mais uma vez, na virada do ano.

No trimestre móvel terminado em janeiro, a atividade foi 1% superior à do período de agosto a outubro. Mas o fôlego foi curto e em janeiro houve queda mensal de 1,4%. No primeiro mês de 2022, a agropecuária produziu 1,2% menos que em dezembro, a produção da indústria geral cresceu apenas 0,1% e a do setor de serviços encolheu 1,4%. O consumo das famílias, importante motor dos negócios, foi 1,3% menor que no mês anterior, já descontados os fatores sazonais. Os números são do Monitor do PIB-FGV, a mais detalhada prévia mensal do Produto Interno Bruto (PIB). As contas oficiais são publicadas trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Resultados já medíocres no período pré-pandemia tornaram-se piores depois do surto de covid-19, segundo o responsável pelo Monitor, economista Claudio Considera. O recuo do consumo familiar de bens e serviços mostra com clareza, de acordo com o pesquisador, os efeitos do atraso da compra de vacinas e, depois, da falta de um programa de vacinação.

Entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020 o consumo das famílias cresceu 2,3% trimestralmente. Entre março de 2020 e janeiro de 2022, houve em média queda trimestral de 1%. As compras de bens duráveis aumentaram trimestralmente 5,1% no primeiro período e caíram 0,1% no segundo. Os gastos com serviços, especialmente afetados pelo distanciamento social, avançaram 2,6% na primeira fase e apenas 0,8% na outra, também segundo o critério da média trimestral. O distanciamento poderia ter sido mais breve, com uma vacinação mais pronta e mais ampla.

O ritmo da atividade mudou sensivelmente entre os dois períodos, passando de um crescimento trimestral de 1,1%, em média, para um aumento de apenas 0,4%. Em 2017, primeiro ano depois da recessão de 2015-2016, o PIB cresceu 1,3%. A expansão chegou a 2% em 2018 e recuou para 1,1% em 2019, início do mandato do presidente Jair Bolsonaro. Com a pandemia, o PIB diminuiu 3,9% em 2020.

A reação de 4,6% em 2021 mais que compensou a perda do ano anterior, mas a economia ficou apenas 0,5% acima do nível de 2019. A maior parte dos dados indica o retorno a uma normalidade medíocre ou menos que medíocre.

Especialmente preocupante, nesse quadro, é o enfraquecimento da indústria de transformação, situada, no fim do ano passado, bem abaixo dos patamares de 2017 e 2018.

Diante da evidente desindustrialização do País, o ministro da Economia, Paulo Guedes, contentou-se, até agora, com o anúncio de reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como se esse tributo fosse a causa única, ou talvez principal, da estagnação da indústria e de seu baixo poder de competição. Iniciativas como essa, muito limitadas, mostram a distância entre as decisões da equipe econômica e os problemas da economia real, isto é, do sistema produtivo tal como as pessoas informadas o percebem no dia a dia.

Tributos são problemas importantes, de fato, mas principalmente por serem incompatíveis com objetivos de eficiência e competitividade. Não há como cuidar adequadamente dessas questões sem pensar na funcionalidade dos **impostos**, nas condições de financiamento, nos custos da modernização e nos vínculos internacionais. Política industrial envolve estratégia comercial, programas de infraestrutura e planos educacionais. Envolve, enfim, preocupações e

formas de trabalho muito distantes daquelas observadas no País nos últimos três anos.

O **PIB** deve crescer 0,5% neste ano e 1,3% no próximo, segundo projeção do mercado. São números compatíveis com os padrões observados principalmente a partir de 2019, quando a lenta recuperação iniciada em 2017 foi interrompida por um presidente ignorante das necessidades e das potencialidades do País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto abre brecha para intervir na Petrobras, dizem empresas do setor

ADRIANA FERNANDES DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Empresas do setor de petróleo agem nos bastidores da Câmara para barrar de vez a votação do projeto que cria diretrizes de preços para o diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo. Integrantes do mercado apontam aos parlamentares brechas no texto que forçam a mudança na política de preços da Petrobras, alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro, de lideranças do Congresso e da oposição.

O argumento é de que o texto, aprovado no Senado há 11 dias no auge da disparada de preços por conta da guerra da Rússia e Ucrânia, é confuso, fragiliza a política de liberdade de preços e contém zonas cinzentas ao determinar que os preços internos praticados por produtores e importadores devem ter como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação "conforme aplicáveis".

A leitura é de que esse ponto do texto - "conforme aplicáveis" - poderá ser usado de qualquer maneira colocando uma "espada na cabeça" para um controle de preços no futuro. Por outro lado, a criação da conta de estabilização, prevista no projeto com receitas do governo para reduzir o impacto da volatilidade de preços, não é impositiva: depende do interesse do governo na sua regulamentação.

Uma das preocupações é com o risco de as zonas cinzentas do projeto promoverem uma diferenciação entre os refinadores integrados (quem refina e produz) e os demais participantes do mercado para aplicar apenas os custos internos da produção na definição do preço.

Hoje, somente a Petrobras tem a condição de refinador integrado.

Com isso, a empresa poderia mudar a sua política de preços sem alterar a lei das estatais e, em última instância, com a possibilidade de o custo ser bancado com subsídio do governo.

Durante a tramitação do projeto, o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), apresentou uma emenda para evitar que refinadores integrados tivessem de adotar preços abaixo do mercado. Mas ele admitiu que a Petrobras não considera ainda que

esse risco esteja afastado.

A emenda foi aceita pelo relator, mas com uma redação diferente.

Ao Estadão/Broadcast, Portinho afirmou que a alteração foi apresentada para incentivar o refino no Brasil e que a versão aprovada é suficiente.

"A Petrobras ainda acha que podem ser praticados preços diferentes entre quem importa e quem refina aqui. Eu achei que não. Achei que a redação está a contento", afirmou o senador.

Representantes do setor, que falaram na condição de anonimato porque os rumos do projeto ainda não estão totalmente definidos, consideram que brechas permanecem.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a proposta é muito ruim e, para cumpri-lo, seria necessário criar uma "fórmula" para poder juntar as três diretrizes.

"É horrível, está promovendo uma intervenção de preço." Procurada, a Petrobras não atendeu a reportagem para falar das preocupações com o texto.

SUBSÍDIO. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), já disse que o projeto está "fora de radar" no momento e não há necessidade "ávida" para colocá-lo em votação.

Lira defendeu a criação de um subsídio bancado pelo governo.

Na área econômica, como revelou o Estadão, a preferência é por um subsídio direto para os mais pobres e caminhoneiros.

Como mostrou o a reportagem, o temor de ingerência política nos preços é a razão principal da queda das ações da Petrobras mesmo com alta do petróleo, na contramão da maioria das empresas petrolíferas de óleo e gás em todo o mundo.

Ontem, Bolsonaro afirmou que aguarda uma consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para saber se pode reduzir o imposto sobre o combustível em ano eleitoral. "Pode ser crime", considerou o presidente,

em entrevista coletiva na frente do Palácio da Alvorada, residência oficial.

O governo estuda a possibilidade de desonerar o PIS/Cofins sobre a gasolina. O impacto da desoneração da gasolina poderá alcançar R\$ 23,84 bilhões de PIS e Cofins e mais R\$ 3,01 bilhões da Cide.

Governo decide zerar imposto de importação de etanol e alimentos

O governo reduziu **tributos** de importação de etanol, alguns alimentos e bens de informática e de capital. De acordo com o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, a renúncia fiscal total será de R\$ 1 bilhão com as medidas. No caso dos alimentos, serão reduzidos a zero itens da cesta básica com maior peso no INPC: café (que era de 9%), margarina (10,8%), queijo (29%), macarrão (14%), açúcar (16%) e óleo de soja (9%).

Também foi zerado o tributo sobre etanol, que era de 18%. A intenção é de que, com isso, haja um impacto de R\$ 0,20 no preço da gasolina, já que o etanol é misturado no combustível.

Esse efeito se dá porque o produto é adicionado à gasolina, além de ser um concorrente direto do combustível.

Ele ressaltou que houve alta de 37% no preço do etanol nos últimos 12 meses, que acaba acompanhando o movimento de subida da gasolina.

"Intenção é de que com redução de tributo sobre importação de etanol haja choque de oferta", disse Ferraz.

Também foi reduzida em 10% a tarifa para importação de bens de informática e capital (BIT/BK). No ano passado, o governo já havia feito uma primeira redução de 10% para esses produtos.

O corte foi aprovado em reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), grupo que reúne representantes de vários ministérios, além da Presidência.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo zera imposto de importação de alimento e etanol

MANOEL VENTURA manoel@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação derruba confiança do comércio

Alessandra Saraiva Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

A crise da gasolina longe dos gabinetes



Michelle Portela Luiz Ribeiro

Que as famílias brasileiras estão gastando mais com transporte e alimentação, todos os indicadores mostram. Mas é no dia a dia que as dificuldades provocadas pela carestia, agravada pelo aumento de 18,8% na gasolina, se mostram reais, concretas.

Longe das explicações de salão e dos gabinetes de Brasília, pessoas em idade produtiva enfrentam problemas como baixa renda, alto preço das passagens de transporte público, ruptura de sonhos e um horizonte de incertezas.

Em Águas Lindas (GO), município do Entorno, a 47 quilômetros de Brasília, trabalhadores já modificaram a rotina para se adaptar aos preços dos combustíveis. A cidade de 217 mil habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,686, o litro da gasolina pode ser encontrado a R\$ 7,39.

É um sacrifício diário para a população com renda per capita em R\$ 584, de acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). "Carro mesmo, agora, só se estiver chovendo", resume o motorista de ônibus Domingos Lustosa. Assim como ocorre em diversas cidades nas cercanias da capital federal, os moradores de Águas Lindas sofrem para se deslocar até o trabalho. E ainda precisam regular os poucos recursos para manter o orçamento doméstico.

De acordo com o economista e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Felipe Queiroz, a alta do combustível provoca um efeito cascata, que afeta todos os setores dependentes direta ou indiretamente dos derivados de petróleo. "O combustível é um bem intermediário. Ou seja, aumenta o custo dos fretes, porque a maior parte do transporte brasileiro é feito sobre rodovias. Além dos fretes, aumenta o custo de produção de outros bens que são derivados de petróleo ou dependem dele. Por exemplo o custo dos alimentos, aumenta o preço dos fertilizantes. Além disso, aumenta diretamente o preço da passagem do transporte, então é todo um aumento em cadeia", descreve o analista.

A alta prejudica majoritariamente as famílias financeiramente mais vulneráveis. Como elas têm menor renda, a maior parte do dinheiro é direcionada ao consumo. "Famílias de menor renda acabam alterando as cestas de produtos. Há um aumento muito alto dos preços, não só nos combustíveis, e isso tem afetado a capacidade das famílias de menor renda de manter a própria cesta básica", acrescenta Queiroz.

"Se os preços aumentam e a renda não aumenta, elas vão, conseqüentemente, diminuir a quantidade e a qualidade daquilo que compram. Então há uma deterioração da qualidade de vida e do poder de compra dessas pessoas", completou o especialista.

O economista da Troster Associados, Roberto Luís Troster, considera a situação desoladora. "Esse comprometimento maior da renda em razão de um custo de vida mais alto aumenta a **inflação** e encolhe o consumo de todos, principalmente os mais pobres."

Realidade perversa

Em Minas Gerais, a realidade nos postos de combustível é perversa. Os moradores dos municípios mais pobres e isolados, situados no Norte do estado e no Vale do Jequitinhonha, pagam mais caro do que a população de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), município mineiro com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,813.

Com 97,3 mil habitantes, Nova Lima tem Produto Bruto Interno (**PIB**) per capita anual de R\$ 124.987,23, quase 20 vezes o **PIB** de São João das Missões, que é de R\$ 6.428,57, cidade do Norte de Minas que tem o menor IDH do estado: 0,529. No entanto, a população de São João das Missões (11,8 mil moradores, 70% indígenas xacriabá) está pagando 40 centavos a mais por cada litro do combustível (R\$ 7,99) do que os mais bem estruturados moradores de Nova Lima, onde o litro do produto pode ser encontrado a R\$ 7,599 na bomba.

Dos lugares pesquisados em Minas Gerais, a cidade com a gasolina mais cara é Coronel Murta. A cidade tem duas revendas de combustíveis: em uma delas, a gasolina a está custando R\$ 8,59 o litro; na outra, R\$ 8,49 o litro, R\$ 1 a mais do que o valor do combustível (R\$ 7,49) encontrado em postos de Belo Horizonte ? que tem o segundo maior IDH de Minas (0,810) e **PIB** per capita anual de R\$ 38.695,31.

A professora Vânia Vilas Boas, coordenadora do índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), afirma que moradores dos pequenos municípios de regiões carentes como o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha pagam mais caro pelos combustíveis por causa do chamado "custo logístico".

"Temos o custo do transporte dos derivados de petróleo da refinaria até a bomba no posto. Soma-se a isso a questão que em Minas Gerais temos uma das maiores tributações sobre gasolina, de 31%, a segunda maior do Brasil, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (34%). Isso faz com que o preço dos combustíveis seja mais alto nessas regiões", observa a economista.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) e é baseado nos indicadores de educação, saúde e renda de países, estados e municípios. Quanto mais próximo de 1, mais alto é o IDH.

Aureliano Maciel, recepcionista em hospital

Ao perceber o impacto do aumento dos combustíveis, o recepcionista Aureliano Maciel, 26, tinha duas opções. "Ou comprava uma moto ou mudava de Águas Lindas", explicou o jovem ao Correio, enquanto acompanhava a manutenção da motocicleta Yamaha Ténéré. Aureliano comprou o veículo usado recentemente. É o meio de transporte que ele utiliza para rodar os 100 quilômetros de percurso, ida e volta, entre Águas Lindas e Brasília. Ele faz esse trajeto diariamente para trabalhar em dois turnos na capital federal. Proprietário de um carro 1.0, Aureliano mudou a rotina para se adaptar ao litro da gasolina a R\$ 7,36 nos postos da cidade. Com a compra da moto, reduziu de R\$ 1 mil para R\$ 400 os custos de combustível. Com seis pessoas na família e responsável por grande parte da renda, o também administrador de empresas soube facilmente o seu caminho. "O dinheiro da moto, eu recupero. Dinheiro de combustível, a gente nem vê".

Domingos Lustosa, motorista de ônibus

Aos 44 anos, Domingos Lustosa passou a deixar o carro na garagem quando precisou priorizar os estudos da filha. Ela segue todos os dias de Águas Lindas para Brasília, onde frequenta uma escola de ensino médio. A filha de Domingos viaja com a mãe, que é professora e compõe renda com Lustosa na família composta por quatro pessoas. "Elas usam o transporte público e gastam uns R\$ 20 por dia, para não perder", diz. "Carro mesmo agora só se tiver

chovendo", diz o motorista de transporte público. Ele ressalta a despesa com o veículo particular, especialmente após o último reajuste. "Para andar de carro, agora, são uns R\$ 50 por dia. Com o que a gente economiza dá pra comprar a carne do final de semana, alguma coisa ou outra de lazer", explica. Lustosa também lamenta outra mudança: ele passou a ter menos tempo com a família. "De carro, chego ao trabalho em 10 minutos.

De ônibus, lá se vão 40 minutos."

Adriano Lima, serralheiro

A dengue pegou a família de Adriano e Ana Cléia Silva Lima em dezembro. A situação ficou crítica no Natal e exigiu medidas emergenciais para a sobrevivência da família de cinco pessoas. "Em janeiro, vendemos a bicicleta do Adriano para pagar a dívida da cesta básica que compramos no dia 23 de dezembro", explica Ana Cléia. Os problemas de saúde na virada do ano agravaram a crise financeira pela qual passava o casal. As dificuldades empurram os sonhos de melhoras de vida, como a compra de uma motocicleta.

Serralheiro, Adriano conseguia movimentar até R\$ 2 mil por mês antes da pandemia. Mas a crise veio, e a família se desfez de uma mobilete para procurar trabalho autônomo. Atualmente, ele não consegue mais do que R\$ 500 por mês. "O jeito é procurar trabalho a pé. Aqui, um monte de gente perdeu o emprego por causa do preço do custo de transporte.

Nem todos os patrões conseguem manter", conta.

Talysson Henrique e João Pedro

Sabrina é uma égua Quarto de Milha de seis anos muito bem cuidada pelo seu dono, João Pedro, 21. No início da tarde de ontem, ele e o amigo, Talysson Henrique, 24, cavalgavam pelas ruas do Pérola 1, bairro de Águas Lindas de Goiás, para "ver as coisas" e ir a uma padaria. "Qualquer volta de carro é R\$ 20. Cavalo, não. Cavalo tá ali, cuidado, não gasta", avalia João, sentado sobre o lombo de Sabrina. Os amigos trabalham em outras cidades da região do Entorno. João é auxiliar de pedreiro e está no segundo período de engenharia civil. Talysson é agente comercial.

Embora ganhem mais do que dois salários mínimos, eles concordam que a renda familiar está precarizada. "Eu tenho moto, mas deixo de usar para usar ou cavalo ou transporte público", conta Talysson.

Milqueias Mota, assistente social

Em Bonito de Minas, de 11,5 mil habitantes, município do norte-mineiro que tem o terceiro pior IDH (0,537) do

estado, a gasolina está sendo vendida a R\$ 7,85. O valor impôs sacrifícios à população da cidade, onde a renda média dos trabalhadores é de 1,6 salário mínimo. Com o aumento da gasolina, moradores da cidade estão deixando de andar de veículos motorizados. "O movimento de veículos na cidade diminuiu bastante. O pessoal passou a andar mais de bicicleta. A gente também percebe que muitas pessoas voltaram a andar a cavalo", descreve Milqueias Mota Figueiredo, assistente social, servidor público e vereador em Bonito de Minas.

Segundo Milqueias, o reajuste provocou "mudanças drásticas". "As famílias acabam deixando de fazer coisas que faziam antes, como frequentar os bares.

O lazer diminuiu bastante. O consumo de carne também caiu", constata.

Adimar de Lima, indígena xacriabá

Os moradores dos pequenos municípios mineiros têm mais despesas com transporte porque sempre precisam se deslocar para tratamentos de saúde ou procurar atendimento bancário, não existentes onde vivem. Essa situação ocorre em São João das Missões (MG/foto), onde mais de 70% da população pertence à tribo indígena xacriabá e reside na zona rural, em 32 aldeias que ocupam 70% do território do município. Os indígenas acabam necessitando de constantes deslocamentos até a cidade, para tratamento médico, receber benefícios ou cuidar de compromissos pessoais. "As pessoas estão reduzindo as viagens por causa preço da gasolina, que subiu demais enquanto a renda da população continua baixa. Ninguém aguenta isso", afirma Adimar Seixas de Lima, integrante da etnia xacriabá e supervisor da Secretaria Municipal de Cultura e Assuntos Indígenas de São João das Missões.

Petrobras tem desvalorização, na contramão das petroleiras globais

FERNANDA GUIMARÃES

O salto do preço do petróleo na esteira das dúvidas sobre o fornecimento da commodity por conta da Guerra na Ucrânia tem puxado para cima o valor da maioria das empresas de óleo e gás em todo o mundo, exceto por um pequeno grupo de companhias, caso da brasileira Petrobras. Enquanto a gigante Chevron, por exemplo, ganhou quase 17% de valor desde o início do confronto deflagrado pelo russo Vladimir Putin, a petroleira brasileira vai na direção contrária e cai 11%, conforme levantamento da Economática, elaborado a pedido do Estadão, com as cotações entre os dias 23 de fevereiro e 15 de março.

O estudo considera o preço das ações em dólar e faz também o ajuste dos proventos pagos no período, caso dos dividendos, considerados reinvestimentos para o cálculo. Isso significa que o percentual se trata do retorno total dos papéis nesse período, segundo Einar Rivero, que elaborou o levantamento.

Com as petroleiras fora da Rússia ganhando protagonismo diante das sanções econômicas contra Putin, grande parte das empresas está valendo mais desde então. Das 100 petroleiras incluídas na análise, feita considerando as cotações das ações das companhias até o dia 15 de março, um terço registra queda em seus valores de mercado desde o início do combate. E apenas oito têm um retorno negativo acima de 10% - com a Petrobras nesse grupo.

Neste mês, por exemplo, o banco norte-americano JPMorgan estimou que, caso as exportações russas sejam cortadas pela metade, o barril do petróleo poderia ir até US\$ 150. Nesse sentido, há poucos dias, os Estados Unidos anunciaram que suspenderiam a importação de óleo e de gás da Rússia.

Sem sinal de trégua na guerra no Leste Europeu, a cotação do barril (Brent) fechou em alta de 7,12%, ontem, a US\$ 115,62. As ações da Petrobras tiveram altas de 3,76% (PETR4) e 3,35% (PETR3), que recompõem parte das perdas ocorridas no período do estudo, que vai até 15 de março.

TEMOR DO MERCADO. A razão principal pela cautela dos investidores da petroleira brasileira, controlada pelo governo federal, refere-se às preocupações em torno de eventual ingerência política e interferência

nos preços dos combustíveis, com o sinal de alerta reforçado sobre as recentes dúvidas em relação a mais uma troca do presidente da petroleira, Joaquim Silva e Luna, após fala do presidente Jair Bolsonaro (PL). Para combater o ruído, a Petrobras tem vindo a público defender a paridade de preços com a cotação internacional.

"Investidores da estatal mantêm o nível alto de risco por algum sinal de interferência na política de preços da empresa, que segue a paridade internacional com o petróleo, e segundo estimativas ainda segue defasado entre o que é praticado pela petroleira, em relação à paridade de importação", comenta Regis Chinchilla, analista da Terra Investimentos.

PRESSÃO ANTERIOR. Ilan Albertman, analista de pesquisa da Ativa Investimentos, aponta que a Petrobras também negocia na Bolsa brasileira abaixo de seu ápice histórico, assim como outras petroleiras com atuação global. Isso porque, explica ele, as empresas estavam, antes da guerra, pressionadas por investidores por conta da expectativa de transição energética, com a tendência de os combustíveis limpos ganharem mais espaço no mercado, com a temática ESG (sigla em inglês para "ambiental, social e governança") ganhando força.

Para o chefe de análise de ações da Órama, Phil Soares, o atual cenário poderá mudar as perspectivas e as metas em relação ao processo de transição para o uso de energias mais limpas, para algo mais pé no chão.

Na sua visão, depois da escalada da **inflação** em todo o mundo por conta da menor oferta de petróleo, a análise ESG passará a levar em conta o lado social, exatamente por conta do aumento dos preços provocados e efeito no poder de compra da população.

Josias de Matos, estrategista da Toro Investimento, afirma que, no caso da petroleira, mesmo diante do aumento do preço, existe uma exigência dos investidores por um prêmio de risco. "O governo é o maior acionista da Petrobras, e isso faz com que a perspectiva de intervenção do Estado aumente. O combustível é um dos vilões da **inflação**, e no passado já vimos isso acontecer", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

VÁCUO

Com preço do petróleo em alta, companhias se valorizam, mas interferências políticas atrapalham a Petrobras

Valores

PETROLEIRA	PAÍS	VALOR DE MERCADO, EM BILHÕES DE DÓLARES**	RETORNO, EM PORCENTAGEM***
HOUSTON AMERICAN ENERGY CORP	EUA	0,057	296,55
INDONESIA ENERGY CORP LTD	INDONÉSIA	0,18	233,20
US ENERGY CORP	EUA	29,9	55,47
VERTEX ENERGY INC	EUA	0,51	55,05
OCCIDENTAL PETROLEUM CORP	EUA	50,9	41,28
KOSMOS ENERGY LTD.	EUA	2,64	37,12
MEXCO ENERGY CORP	EUA	0,33	30,88
TELLURIAN INC	EUA	1,89	30,36
CAMBER ENERGY, INC	EUA	0,02	29,67
NEW CONCEPT ENERGY, INC	EUA	0,02	29,48
WHITING PETROLEUM	EUA	3,11	24,50
ENI SPA	ITÁLIA	50,8	-7,39
BP PLC	REINO UNIDO	100,1	-9,89
PHILLIPS 66	EUA	33,0	-10,29
PETROBRAS	BRASIL	82,9	-11,19
QUAKER CHEMICAL CORP	EUA	3,0	-11,87
RILEY EXPLORATION PERMIAN, INC	EUA	0,55	-12,75
PETROCHINA CO LTD	CHINA	81,9	-14,48

*INFOGRÁFICO CONSIDERA APENAS AS 10 MAIORES VALORIZAÇÕES E 10 MAIORES QUEDAS

**EM US\$ BILHÕES, VALOR DO DIA 15 DE MARÇO

*** DE 23 DE FEVEREIRO A 15 DE MARÇO, COM AJUSTE DO DÓLAR E PROVENTOS

FONTE: ECONOMÁTICA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Monitor do PIB indica recuo de 1,4% sobre dezembro

O Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro teve retração de 1,4% em janeiro ante dezembro, segundo o Monitor do **PIB**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre). Em relação a janeiro de 2021, avançou 1,2%.

Na passagem de dezembro para janeiro, a agropecuária encolheu 1,2%, a indústria avançou 0,1%, e os serviços encolheram 1,7%. Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias teve retração de 1,3%, e o consumo do governo caiu 2,1%.

"O consumo das famílias e o consumo do governo representam 80% do **PIB** e foram bastante prejudicados inicialmente pela falta de vacinas e posteriormente pela falta de um programa de vacinação, como é bem ilustrado pelo fracasso dessa demanda durante a pandemia", disse Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIBFGV, em nota.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeção de inflação no ano sobe a 6,59%

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

A estimativa para o IPCA (índice de **inflação** oficial) de 2022 completou dez semanas em alta no Relatório de Mercado Focus divulgado ontem. Com o impacto da disparada de preços de commodities (como o petróleo) provocada pela guerra na Ucrânia, a projeção passou de 6,45% para 6,59%. A estimativa era de 5,56% há um mês. O objetivo a ser perseguido pelo Banco Central este ano é de 3,50%.

No **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana passada, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 7,1% em 2022 e 3,4% em 2023.

Diante da volatilidade no mercado de petróleo causado pelo conflito no Leste Europeu, o colegiado ainda criou um cenário alternativo, com maior probabilidade, em que as previsões estariam em 6,3% e 3,1%, respectivamente.

O Relatório Focus trouxe leve alteração na previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022, que passou de 0,49% para 0,50%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar fica abaixo de R\$ 5

VITOR DA COSTA vitor.santos@oglobo.com.br (Gabriel Shinohara)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro indica que Braga Netto será o vice em sua chapa

Ricardo Mendonça São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187170

Dobrando a aposta

ALICE CRAVO E DANIEL GULLINO
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>